



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001254-09.2024.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Capacitação - "XVIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação (Conbrascom)" - Modalidade presencial.

DESPACHO Nº 615 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([1155777](#)), objetivando a contratação de empresa especializada, para a inscrição de 01 (um) servidor no **XVIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação (Conbrascom)**, tendo em vista a desistência de um dos participantes, na modalidade Presencial (Fortaleza- CE) no período de 19 a 21/6/2024, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1155783](#)).

A unidade demandante atualizou a proposta comercial da empresa Fórum Nacional de Comunicação e Justiça para inscrição de apenas 01 (um) servidor ([1158964](#)), juntamente com a programação do evento ([1156655](#)), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2021**, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1155783](#)), versões finais da Estimativa da Despesa - retratada na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Licitação ([1158967](#)) e Termo de Referência n. 87/2024 ([1158969](#)), já contendo informação da inscrição para um único participante deste Tribunal.

Carreou-se aos autos a comprovação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública Federal, por meio das certidões juntadas a evento n. [1157368](#) (Certidão Negativa do CNJ, regularidade fiscal e trabalhista federal, Registro Cadastral no SICAF e Regularidade do FGTS – CRF, esta última com validade até 16/05/2024).

O valor da contratação ficou estimado em **R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)** ([1158967](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 998/2024 da SAOFC ([1158162](#)), realizou a programação orçamentária da despesa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pretendida, registrando que essa está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO ([1160908](#)).

A SAC, após análise formal, atestou que a fase de planejamento, a pesquisa de preços - estimativa de despesa ([1158967](#)) e o TR juntado ao evento n. [1158969](#), complementado pela proposta atualizada juntada no evento [1158964](#), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso III, "f", da Lei 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([1160614](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, opinando pela possibilidade de aprovação do TR e pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1161590](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da Empresa **Fórum Nacional de Comunicação e Justiça**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.569.714/0001-39**, por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do ato de dispensa e do extrato da nota de empenho no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1162728](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a **situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR ([1158969](#)), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especializada para inscrição de 01 (um) servidor no servidores no **XVIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação (Conbrascom)**, a ocorrer nos dias 19 a 21/06 de 2024, na modalidade presencial em Fortaleza-CE, tendo em vista a necessidade de atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento dos servidores da Assessoria de Comunicação, possibilitando a trocar de experiências com outros órgãos/instituições, ampliando ao debate de ações que aproximem as organizações do cidadão.

Registra-se que, para a presente contratação, em regra, exige-se a demonstração da notória especialização da contratada e a natureza intelectual do trabalho a ser prestado, não havendo mais a necessidade da demonstração da singularidade do objeto.

Contudo, no antigo regime jurídico de licitações e contratos, já havia o entendimento jurisprudencial do TCU afastando ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por cursos abertos, entendimento que, como bem registrado no parecer da AJSAOFC, não encontra qualquer vedação no regime da Lei n. 14.133/2021, sendo plenamente compatível com seus princípios e regras.

Assim, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 15 do parecer exarado pela AJSAOFC ([1161590](#)).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [1155783](#), [1158967](#) e [1158969](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos, nos termos registrados no DFD de evento n. [1155783](#).

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, ressaltando-se os registros expressos no capítulo 3 do TR ([1158969](#)) acerca da fundamentação da contratação, bem como da questão relativa a justificativa do preço com a juntada do documento de Informação Conclusiva do Valor Estimado ao evento n. [1158967](#) demonstrando que o preço proposto pela proponente dos serviços está compatível com os preços recentes contratados pelo TRE-RO para eventos similares.

Dessa forma, considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida (FÓRUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA - CNPJ05.569.714/0001-39) reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida deve ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021.**

No que diz respeito ao teor do item 5.1 do TR ([1158969](#)) onde consta a informação de que o **contrato será substituído pela nota de empenho**, cabe registrar que, em que pese a lei não incluir as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode dispensar o instrumento de contrato, verifica-se que no caso sob análise, mesmo não sendo dispensa de licitação, estamos diante de eventual contratação que não resulta em obrigações futuras e encontra-se dentro do limite de dispensa em razão do valor (R\$ 59.906,02 de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023**), aí incluídas as inexigibilidades de licitação, de modo que se aplicando os princípios da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade, não se mostra razoável admitir-se que esse novo diploma legal pretenda estabelecer um procedimento mais oneroso para a prática do ato, na contramão da mitigação dessa formalidade já pacificada no regime da Lei n. 8.666/93.

Por fim, registra-se, por oportuno, que a unidade demandante carrou aos autos a comprovação de cadastro da respectiva empresa no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF (evento n. [1157368](#), pág. 4), em atenção à Informação nº 79 (evento n. [1090607](#)).

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Aprovo o Termo de Referência n. 87/2024-PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (1158969), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1158967, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022;

IV - Adjudico o objeto à empresa FÓRUM NACIONAL DE COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.569.714/0001-39, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); e

V - Determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 27/05/2024, às 13:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1168808** e o código CRC **0A503F48**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos